

| | |
|--------------------------------------|----------------------------|
| Assunto: Novos magistrados | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: Viver | Seção: João Alberto |
| Página: C3 | Data: 11/02/2015 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Novos magistrados

Depois de curso de formação na Escola Judicial, os 61 novos juízes substitutos do TJPE assumiram ontem em comarcas do interior.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Maristela Just – Pedido de anulação de julgamento é negado | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: Local | Seção: |
| Página: 1 | Data: 11/02/2015 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO

maristela just

STF mantém condenação de assassino

Mesmo com o voto do relator Dias Toffoli a favor da anulação, os demais membros do STF votaram contra e mantiveram a sentença de 79 anos de José Ramos, assassino de Maristela. LOCAL A6

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Maristela Just – Pedido de anulação de julgamento é negado | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: Local | Seção: |
| Página: A6 | Data: 11/02/2015 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO

STF mantém condenação no caso Maristela Just

Ministros votaram contra a anulação do júri de José Ramos Lopes, condenado pela morte da esposa e três tentativas de homicídio

Condenado em junho de 2010 por matar a esposa, Maristela Just, e tentar tirar a vida dos dois filhos e do cunhado, em 1989, José Ramos Lopes deve continuar a cumprir sua pena de 79 anos de prisão. Ontem, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter a sentença.

A família de Maristela disse que vai realizar um culto em ação de graças por causa da decisão do Supremo.

Na semana passada, o ministro Dias Toffoli votou a favor da anulação do julgamento, mas Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Marco Aurélio Mello e Rosa Weber se posicionaram pela manutenção.

A defesa tentou anular o júri popular sob alegação de que houve cerceamento do direito de defesa.

Na época do julgamento, a juíza Inês Maria de Albuquerque, da Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão, nomeou defensores públicos para atuarem no caso porque o advo-



José foi preso em outubro 2012, após passar mais de dois anos foragido

gado do réu não compareceu. Por uma estratégia da defesa, nem ele nem o advogado Humberto Albino de Moraes estavam presentes na audiência que definiu a sentença.

Segundo o ministro Dias Toffoli, a decisão não poderia ser tomada. "A juíza cometeu uma ilegalidade. Não caberia a ela constituir novo defensor, pois assim agindo violou a ampla defesa. Todos os atos são nu-

los, inclusive o júri realizado, inclusive a prisão determinada, é assim que voto", declarou ao apresentar o voto, que beneficia o autor do homicídio.

O caso de Maristela Just se arrastou por mais de vinte anos na Justiça, até a condenação e a prisão de José Ramos, em 29 de outubro de 2012. A defesa dele já havia pedido anulação ao Tribunal de Justiça (TJPE) e ao Superior Tribunal

de Justiça, em Brasília - ambos negados por unanimidade. José Ramos cumpriu dois dos 79 anos de reclusão aos quais foi condenado.

"Amigos meus estavam lá. Acompanharam tudo e me informaram. Estou no Recife com minha família e vamos fazer uma oração, além de um culto de ação de graças. Sinto alívio de poder seguir a vida em frente, sem ter que me comparar com a Justiça novamente, da decisão ser mantida depois de ter sido tão difícil conquistá-la", desabafou Nathália Just, filha de Maristela.

PROCESSO TRAMITOU POR MAIS DE 20 ANOS NA JUSTIÇA, ATÉ A SENTENÇA

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Maristela Just – Pedido de anulação de julgamento é negado | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: Local | Seção: |
| Página: A4 | Data: 11/02/2015 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO

TRANSPORTE

Metrô e ônibus param se houver vandalismo

O vandalismo no transporte público em dias de jogos também ameaça o funcionamento do serviço no carnaval. Ontem, metroviários e rodoviários decidiram que linhas onde estiverem ocorrendo atos de vandalismo serão interrompidas.

Os metroviários deram pra-

zo até as 15h de hoje para a Secretaria de Defesa Social apresentar um plano de segurança para os dois jogos do dia: Sport e Coruripe, na Ilha, às 19h, e Náutico e Serra Talhada, na Arena, às 21h20. O Sindicato dos Rodoviários aguardará até duas horas antes dos jogos para verificar se as li-

nhas estarão em segurança.

Outra preocupação é em relação ao carnaval, sobretudo o Galo. O superintendente do metrô, Bartolomeu Carvalho, disse que o esquema de segurança será o mesmo de anos anteriores. "Haverá juizado e delegacia na estação e o policiamento é reforçado."

acesse

TV Clube/Record traz matéria sobre os problemas no transporte



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular

Assunto: Maristela Just – Pedido de anulação de julgamento é negado

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Cidades

Seção:

Página: 4

Data: 11/02/2015

jornal do  commercio

STF nega recurso no caso Just



Bobby Fabisak/JC Imagem



Guga Matos/JC Imagem

CONDENAÇÃO José Ramos foi preso no Espinheiro. Os dois filhos também foram vítimas do pai em tentativa de homicídio

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou, ontem, pedido de liberdade de José Ramos Lopes Neto, condenado a 79 anos de prisão pelo homicídio da ex-mulher Maristela Just e tentativa de homicídio dos dois filhos e do cunhado. A defesa pediu a anulação do julgamento, alegando que a juíza Inês Maria de Andrade Alves, da comarca de Jaboatão dos Guararapes, Grande Recife, teria constituído dois defensores públicos, à revelia do réu, para substituir o advogado Humberto Albino de Moraes, que faltou ao júri ocorrido em 13 de junho de 2010.

O julgamento do Recurso em Habeas Corpus (RHC) 122168 foi retomado pelo voto do ministro Luís Roberto Barroso, que negou o pedido e foi acompanhado pela maioria dos pares. O ministro Roberto Barroso relatou que os crimes foram cometidos em abril de 1989, mas em decorrência de "múltiplos recursos, evidenciando a intenção de procrastinar", somente em julho de 2010 o caso foi a julgamento.

Na véspera, o advogado de

defesa renunciou à causa. Ao todo foram cinco profissionais ao longo do processo. Segundo o ministro Barroso, ante a inércia do réu em constituir novo representante, a juíza responsável indicou dois defensores, prosseguindo com o julgamento.

Crime
aconteceu em
1989, mas só em
2010 foi a júri

O ministro identificou no processo informações de múltiplos recursos e renúncias de advogados, revelando a existência de uma estratégia para procrastinar o julgamento e a tentativa de provocar nulidades. "Não me parece que ao recorrente tenha sido furtada a oportunidade de escolher como e por quem deveria ser defendido", declarou o ministro Roberto Barroso. "Pelo contrário, houve uma opção pela criação da nulidade", concluiu.

| | |
|-------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Juizado do Folião | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | |
| Editoria: Cotidiano | Seção: |
| Página: 3 | Data: 11/02/2015 |



SEGURANÇA



O efetivo da Guarda Municipal do Recife ficará posicionado nos cinco postos médicos, com cinco agentes em cada unidade, das 9h às 21h. Outros 50 guardas atuarão nos pontos de bloqueio das pontes Princesa Isabel, Duarte Coelho, Imperatriz, Seis de Março. Além disso, a segurança ganhará reforço com uma equipe de 5.521 mil policiais militares, civis e bombeiros apenas no Galo da Madrugada, bem como contará com o Juizado do Folião que atenderá a população no Fórum Thomaz de Aquino e na Estação Central do Metrô, das 13h às 21h.

Assunto: Maristela Just – Pedido de anulação de julgamento é negado

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: Cotidiano

Seção:

Página: 3

Data: 11/02/2015



Liberdade foi negada por quatro votos contra um **STF mantém José Ramos preso**

CONDENADO A 79 anos de prisão pelo assassinato da ex-mulher, Maristela Just, havia ingressado com os habeas corpus

DIEGO MENDES

A Primeira Turma do Superior Tribunal Federal (STF), em Brasília, negou, ontem, o pedido de liberdade de José Ramos Lopes Neto. Foram quatro votos contra a solicitação e apenas um a favor, o do relator Dias Toffoli. Ramos foi condenado a 79 anos de prisão por ter assassinado, em 4 de abril de 1989, a ex-mulher Maristela Just. Ele ainda atentou contra a vida dos próprios filhos, Zaldo e Nathália, na época com dois e quatro anos, respectivamente, e do cunhado Ulisses Ferreira Just. Mesmo só tendo ido a júri 21 anos após cometer os crimes, o advogado do acusado entrou com um pedido de habeas corpus,



Wagner Ramos/Arquivo Folha

ACUSADO foi condenado em 2010, mas só foi preso dois anos após a decisão judicial

no STF, alegando restrição ao direito de defesa. Isso porque nas vésperas do julgamento, em junho de 2010, o defensor do réu renunciou e a juíza, então, nomeou uma defesa pública.

O ministro Luís Roberto Barroso encontrou no processo informações de vários recursos

e renúncias de advogados. Dessa forma, ficou constatada a intenção de postergar o julgamento e a tentativa de provocar nulidades, segundo a análise de Barroso. "Não me parece que ao recorrente tenha sido furtada a oportunidade de escolher como e por quem deveria ser defendido",

afirmou Luís por meio do site do STF. O jurista disse ainda que "nos termos do artigo 565 do Código de Processo Penal, não há de ser acolhida nulidade à qual a parte tenha dado causa ou para a qual tenha concorrido".

A notícia da negação de liberdade de José Ramos foi

Folha resume

Com um único voto a favor, proferido pelo ministro relator Dias Toffoli, a Primeira Turma do Superior Tribunal Federal (STF) negou, ontem, o pedido de habeas corpus para José Ramos. Ele havia sido condenado em 2010 a 79 anos de prisão pela morte da ex-mulher, Maristela Just, em abril de 1989.

acolhida por Zaldo Just, filho de Maristela, com alegria. "Quando soube que haviam entrado com o recurso fiquei trêmulo. Toda família ficou triste. Carregamos o peso de fazer justiça por muito tempo. A ficha que tudo acabou ainda não caiu. Esse caso agora chegou ao fim", disse Zaldo, que ficou com sequelas no braço esquerdo em decorrência do tiro que recebeu aos dois anos de idade. A solicitação de nulidade do julgamento chegou ao STF em abril de 2014 e no fim de novembro do mesmo ano o ministro Dias Toffoli deu voto favorável ao réu.

Mesmo condenado em 2010,

José Ramos Neto não foi preso pois não compareceu ao julgamento, sendo considerado foragido. Só em 29 de outubro de 2012 o Grupo de Operação Especiais (GOE) da Polícia Civil, comandado pelo delegado Cláudio Castro, conseguiu capturar o acusado no bairro do Espinheiro, na Zona Oeste do Recife. Para aguardar a decisão do STF, Nathália Just, que mora em São Paulo, veio à Capital pernambucana para acompanhar o julgamento na companhia da família. "Gostamos de ficar juntos nesse momentos importantes. Esperamos que agora ele cumpra toda a pena", disse.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: 1ª Vara de Execução Penal analisa 650 processos em 15 dias | |
| Veículo: CNJ | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |



Notícias do Judiciário



TJPE
1ª Vara de Execução
Penal analisa 650
processos em 15 dias

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: 1ª Vara de Execução Penal analisa 650 processos em 15 dias | |
| Veículo: CNJ | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |



1ª Vara de Execução Penal analisa 650 processos em 15 dias



Em 15 dias de atuação, o Regime Especial da 1ª Vara Regional de Execução Penal de Pernambuco analisou 650 processos de presos condenados que cumprem pena em presídios da capital e Região Metropolitana de Recife. Desse total, 202 correspondem a ações de presos das três unidades do Complexo do Curado.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) declarou Regime Especial na 1ª VEP no último dia 21 de janeiro. Seis juízes foram convocados para atuar na unidade, em conjunto e sob a orientação do juiz titular Luiz Rocha, que já conta com a ajuda do juiz auxiliar Gilvan Macedo. O objetivo é agilizar o andamento das ações.

Do total de processos analisados de 22 de janeiro a 7 de fevereiro no Complexo do Curado, em 126 casos foi concedida progressão para o regime semiaberto. Em três, houve progressão para o aberto. Houve ainda 34 livramentos condicionais e seis remissões de pena. Além disso, também foram beneficiados presos com comutação de pena (2), extinção de pena (1), indulto definitivo (1), restabelecimento do regime aberto (1) e prisão domiciliar (5). O Regime Especial também concedeu 23 transferências para outras unidades prisionais.

Advogados - O regime terá prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado. A medida considera, principalmente, a demanda gerada com a contratação de 20 advogados, medida anunciada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, para atuar exclusivamente nos processos de execução penal, além dos últimos acontecimentos do Complexo do Curado.

Foram priorizados inicialmente os processos dos presos do Complexo do Curado que estão com pedidos pendentes de análise. Mas todas as 17 mil ações que estão em andamento na vara serão analisadas durante o trabalho.

Fonte: TJPE

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: TJPE inaugura vara criminal em Belo Jardim | |
| Veículo: folhape.com.br | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |



Tribunal de Justiça inaugura vara criminal em Belo Jardim

Atualmente, existem 3.842 processos criminais em tramitação na Comarca

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inaugura, nesta quarta-feira (11), a Vara Criminal de Belo Jardim, no Agreste do Estado. A solenidade acontece às 10h, no Fórum da cidade, localizado na Praça João Torres Galindo. O evento contará com a presença do presidente da entidade, Frederico Neves e da diretora do Foro, Simony de Fátima de Oliveira Emerenciano.

Atualmente, existem 3.842 processos criminais em tramitação na Comarca. O objetivo da instalação é agilizar o andamento dessas ações. O juiz Renato Dibachti ficará responsável pela unidade.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: STF nega pedido de liberdade e mantém pena a condenado pela morte de Maristela Just | |
| Veículo: folhape.com.br | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |



STF nega pedido de liberdade e mantém pena a condenado pela morte de Maristela Just

José Ramos Lopes Neto foi penalizado a 79 anos de prisão. Crime ocorreu em 1989



Acusado foi preso em outubro de 2012, no Recife

Foi negado, nesta terça (10), o pedido de liberdade a José Ramos Lopes Neto, condenado a 79 anos de prisão pelo homicídio de Maristela Just, sua ex-mulher, e pela tentativa de homicídio de seus dois filhos e do cunhado. A decisão por manter a pena foi tomada em julgamento realizado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). O condenado pedia a anulação da condenação alegando restrição ao direito de defesa, uma vez que disse não ter podido contar com um advogado de sua

escolha.

O julgamento do habeas corpus foi retomado pelo voto-vista do ministro Luís Roberto Barroso. Os crimes foram cometidos em abril de 1989, em Jaboatão dos Guararapes, mas em decorrência de “múltiplos recursos”, somente em julho de 2010 a causa foi a julgamento, com decretação de prisão preventiva, sendo negado o direito ao recurso em liberdade. Às vésperas do julgamento, o advogado do acusado renunciou à causa, juntando-se a outros quatro profissionais que tomaram a mesma decisão ao longo do processo. O acusado só foi preso em outubro de 2012, no bairro do Espinheiro, na Zona Norte do Recife.

Conforme o relato de Barroso, esses acontecimentos revelaram a existência “de uma estratégica procrastinatória”. “Não me parece que ao recorrente tenha sido furtada a oportunidade de escolher como e por quem deveria ser defendido. Pelo contrário, houve uma opção pela criação da nulidade”, afirmou. “Nos termos do artigo 565 do Código de Processo Penal, não há de ser acolhida nulidade à qual a parte tenha dado causa ou para a qual tenha concorrido”, completou.

Ainda segundo o STF, ante a inércia de José Ramos em constituir novo representante, a juíza responsável pelo caso constituiu dois defensores, dando prosseguimento ao julgamento.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Mutirão fiscal facilita negociação de dívida do IPTU em Paulista a partir desta terça-feira | |
| Veículo: folhape.com.br | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |



Mutirão fiscal facilita negociação de dívida do IPTU em Paulista a partir desta terça-feira

Contribuintes em atraso devem se dirigir à Procuradoria Municipal de segunda a sexta

A partir desta terça-feira (10), a Prefeitura de Paulista inicia um mutirão fiscal para auxiliar o processo de quitação de débitos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Os contribuintes que foram notificados extrajudicialmente por apresentar alguma dívida junto ao fisco já podem aproveitar para negociar.

Os interessados em aproveitar as facilidades para negociar devem se dirigir à Procuradoria Municipal. A unidade fica no prédio da prefeitura, na Praça Agamenon Magalhães, no Centro, e funciona de segunda a sexta, das 8 às 13h.

O mutirão fiscal conta com a participação de 14 procuradores, que analisam os inúmeros processos acumulados na Vara da Fazenda Pública por pendências de informações que deixaram de ser repassadas por administrações passadas. A estimativa é de que exista algo em torno de 80 mil processos judiciais encalhados desde gestões da década de 1990.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Horário de funcionamento do Judiciário no Carnaval | |
| Veículo: G1 Pernambuco | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |



Confira o que abre e o que fecha durante o carnaval no Grande Recife

Bancos, Correios e repartições públicas fecham no período da folia. Shoppings e comércio do Centro e dos bairros têm horário especial.

Durante o carnaval, os foliões devem ficar atentos aos horários especiais de funcionamento de serviços como bancos, Correios, shoppings e comércio no Recife e na Região Metropolitana. Confira abaixo o que abre e o que fecha durante a folia.

Bancos

As agências bancárias não funcionam na segunda (16) e terça (17) de carnaval. Os bancos voltam a funcionar na quarta (18), a partir das 12h. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) recomenda o uso dos caixas eletrônicos para o pagamento das contas durante o período ou o agendamento do pagamento. Ainda de acordo com a Febraban, as contas e carnês que estiverem com data de vencimento próxima podem ser pagos no primeiro dia útil após o feriado, a Quarta-Feira de Cinzas (18), sem acréscimo.

Correios

No sábado (14), as agências do Aeroporto e shopping RioMar funcionam das 9h às 17h, enquanto a do shopping Recife abre das 10h às 18h. No domingo, apenas a agência do Aeroporto funciona, das 9h às 13h. Na quarta-feira, as agências voltam a funcionar a partir das 12h, exceto a Agência Central e as unidades do Recife Antigo e de Olinda.

Paço do Frevo

Tido como uma referência quando o assunto é frevo, o museu situado na Praça do Arsenal da Marinha, no Bairro do Recife, funciona em horários especiais durante o período carnavalesco. O local também oferece aos foliões, na compra do ingresso, maquiagem artística para adultos e crianças e aula de frevo. No domingo, segunda e terça, o museu funciona das 10h às 15h. Já na quarta-feira, o horário de funcionamento vai das 12h às 18h.

Expresso Cidadão

As oito unidades do Expresso Cidadão espalhadas pelo estado só funcionam na sexta-feira (13), em horários especiais. Do sábado (14) até a quarta (18), as unidades ficam fechadas. A unidade da Boa Vista funciona até as 13h30; as do Cordeiro, Afogados e Olinda, até as 16h; já a do shopping RioMar fica aberta até as 17h; por último, as de Caruaru, Garanhuns e Petrolina funcionam na sexta em horário normal.

Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)

O TJPE funciona das 8h às 14h na sexta-feira. Durante os demais dias da folia, o Judiciário fica de plantão, com juízes atendendo somente demandas consideradas urgentes nos fóruns.

Justiça Federal em Pernambuco (JFPE)

Na sexta-feira, o expediente da JFPE é normal, exceto nos Juizados Especiais Federais (JEFs), na Dantas Barreto e da Subseção Judiciária de Palmares. Os JEFs não abrem, enquanto a subseção em Palmares funciona das 8h às 13h. Na segunda, terça e quarta, não haverá expediente. Os processos com data de vencimento prevista para o período devem ser prorrogados para o dia 19.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A UFPE não terá expediente na Quarta-Feira de Cinzas (18) e o horário do expediente deve ser compensado durante a semana.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Horário de funcionamento do Judiciário no Carnaval | |
| Veículo: G1 Pernambuco | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |



STF mantém pena de 79 anos de prisão para marido que matou mulher

'Fantástico' mostrou a história de filhos que também foram vítimas do réu. Crime ocorreu em 1989; defesa apresentou recursos na Justiça por 20 anos.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou nesta terça-feira (10) a condenação de José Ramos Lopes Neto, que em 1989 matou a mulher, Maristela Just, e tentou assassinar os dois filhos e um cunhado em Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife. Lopes Neto foi julgado em 2010, quando foi condenado a 79 anos de prisão.

A defesa dele tentava anular esse julgamento alegando que houve cerceamento do direito de defesa. Na ocasião, a juíza nomeou defensores públicos para o caso depois que o advogado do réu não apareceu na sessão, apesar de ter sido intimado. O julgamento já havia sido adiado uma vez também pela ausência injustificada da defesa de Lopes Neto.



O caso mereceu destaque do Fantástico neste mês (veja vídeo ao lado), que mostrou como os dois filhos de Lopes Neto, Nathalia e Zaldo, tentaram por mais de 20 anos levar o pai à prisão e agora corriam o risco de uma reviravolta no caso. Desde que matou a mulher, Lopes Neto apresentou diversos recursos na Justiça que adiaram o julgamento por mais de 20 anos.

No julgamento desta terça no STF, o ministro Luís Roberto Barroso votou no sentido de manter a condenação de Lopes Neto na primeira instância e foi seguido pelos ministros Luiz Fux, Marco Aurélio Mello e Rosa Weber. O relator do caso, ministro Dias Toffoli, já havia se posicionado pela anulação do julgamento e manteve seu voto no julgamento.

Em seu voto, Barroso entendeu que não houve cerceamento da defesa de Lopes Neto a justificar anulação do julgamento. Após relatar as diversas tentativas da juíza de chamar o advogado constituído pelo próprio réu, considerou correta a decisão dela de nomear defensores públicos para representá-lo. “O não comparecimento injustificado impõe a nomeação da defensoria pública. Até mesmo no dia do julgamento, o advogado poderia ter comparecido, sendo facultado ao réu constitui-lo na hora, conforme prevê o Código de Processo Penal”, afirmou.

Ele destacou que ao longo de 20 anos de processo, a defesa de Lopes Neto apresentou mais de 40 pedidos, entre cartas precatórias (para depoimentos em outros locais) e diversos tipos de recursos nas instâncias judiciais. “Parece-me clara a adoção de

estratégia procrastinatória e tentativa artificial, a meu ver, de provocar nulidades”, disse o ministro.

Luiz Fux concordou que o próprio réu provocou “delonga” no processo. “Entendo que não teve prejuízo no seu direito de ampla defesa”, disse. Marco Aurélio, por sua vez, defendeu a juíza, dizendo que ela adotou procedimento previsto no Código de Processo Penal. “Ele teve muitos defensores, cinco renunciaram aos poderes outorgados, o que deixou transparecer uma manobra para projetar-se no tempo o desfecho do próprio processo crime”, afirmou.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Servidores do TJPE param atividades para cobrar novo plano de carreiras | |
| Veículo: G1 Pernambuco | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |



Servidores do TJPE param atividades para cobrar novo plano de carreiras

Serviços oferecidos nos fóruns foram interrompidos parcialmente. Em Joana Bezerra, apenas queixas emergenciais estão sendo recebidas.



Servidores do Fórum Rodolfo Aureliano, na Zona Sul do Recife, chegaram ao trabalho na hora de costume, mas não estão recebendo a população nem atendendo telefonemas (Foto: Claudia Lima/Acervo pessoal)

Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realizam uma paralisação nesta quarta-feira (11) para reivindicar melhorias no plano de cargos e carreiras da categoria e da progressão salarial. Por isso, a maior parte dos serviços oferecidos nos fóruns do estado foi interrompida. No Fórum Rodolfo Aureliano, localizado na Ilha de Joana Bezerra, na Zona Sul do Recife, por exemplo, os servidores só recebem queixas emergenciais. A previsão é de que os serviços sejam normalizados na quinta (12).

“A orientação é de que todos os sete mil servidores do estado parem. Aqui em Joana Bezerra, todos aderiram ao movimento. Mas, em respeito à população, estamos atendendo as questões urgentes, relacionadas a planos de saúde ou ao corte indevido de energia elétrica”, explicou Preciliano Neto, do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco (Sindjud-PE). As audiências de alguns juizados também foram mantidas. “Mas porque são conduzidas por voluntários, não por servidores”, pontua Preciliano. Já a liberação de alvarás está paralisada.

No Fórum Rodolfo Aureliano, os servidores chegaram ao prédio às 7h e se dirigiram a suas salas, como de costume. No entanto, eles não estão recebendo a população. Segundo a auxiliar judiciária Cláudia Lima, muita gente buscou os serviços do fórum no início da manhã, mas não conseguiu entrar nos juizados e ficou esperando atendimento nos corredores do fórum. "Não estamos recebendo queixas, dando informações, ou atendendo o telefone", conta. Segundo o TJPE, cerca de cinco mil pessoas passam diariamente pela instituição e, por conta da paralisação, devem ficar sem atendimento nesta quarta.

De acordo com o presidente do Sindjud-PE, Eliseu Magno, também aderiram ao movimento os servidores dos fóruns de Jaboatão dos Guararapes e de Olinda, além da Central dos Juizados Especiais do Recife, localizado no bairro da Imbiribeira, na Zona Sul da capital. Assim como em Joana Bezerra, apenas os serviços emergenciais estão sendo realizados nesses locais, como os relativos a planos de saúde e habeas corpus. No interior, muitas comarcas também estão funcionando de forma parcial. Petrolina, Agrestina, Palmares, Gameleira, Ribeirão e Carpinasão algumas delas.

Por meio da assessoria de comunicação, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) confirmou que os servidores do Fórum Rodolfo Aureliano estão realizando apenas atendimentos emergenciais. O órgão, no entanto, ainda está apurando se os serviços dos outros fóruns do estado também estão paralisados. Por isso, pede que os cidadãos que precisam de algum serviço judicial liguem para as comarcas em que devem ser atendidos antes de sair de casa para confirmar se os atendimentos estão sendo realizados.

Reivindicações

A paralisação desta quarta foi acordada em assembleia realizada na capital pernambucana nesta terça (10) com servidores de todo o estado. A categoria reclama que o plano de cargos e carreiras oferece poucas oportunidades de crescimento e aumento salarial e quer providências do TJPE.

“O plano atual prevê um aumento do salário base, que já é baixo, de apenas 2,5% a cada dois anos, quando progredimos de cargo. Por isso, mesmo depois de completar os 32 anos previstos pela nossa carreira, não conseguimos dobrar nosso salário inicial. No Ministério Público, os servidores entram ganhando R\$ 3 mil e se aposentam com R\$ 10 mil. Aqui, você entra com R\$ 3 mil, mas não chega a R\$ 5 mil. Por isso, muita gente deixa de se aposentar porque não tem condições de se manter com esse dinheiro”, afirma Preciliano Neto, do Sindjud-PE.

A auxiliar Cláudia Lima admite que não vê perspectivas de crescimento no TJPE e continua fazendo concursos públicos para tentar entrar em outra repartição. “O salário aumenta muito pouco. As pessoas entram achando que terão uma boa carreira como servidor público, mas acabam percebendo que não é vantajoso ficar aqui e saem para outros lugares melhores”, conta.

Segundo Preciliano Neto, o problema já foi apresentado à presidência do TJPE, que até apresentou propostas de melhoria do plano de cargos e carreiras no final do ano passado. O novo plano deveria ter entrado em vigor em janeiro, mas ainda não saiu do

papel. “Demos um prazo para que ele nos desse uma resposta até 10 de fevereiro, mas não recebemos nenhuma explicação. Queremos que ele nos dê uma data para a implantação do novo plano”, diz Preciliano.

De acordo com o representante do Sindjud-PE, se isso não acontecer em breve, novas paralisações devem acontecer nos próximos dias 26 e 5. Novas assembleias também podem ser realizadas e alguns servidores, como Cláudia, não descartam a possibilidade de greve.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Servidores do Judiciário cruzam os braços | |
| Veículo: diariodepernambuco.com.br | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Oficiais de Justiça e servidores do Judiciário cruzam os braços

Oficiais de Justiça e servidores do Judiciário fazem, nesta quarta-feira, uma paralisação em todos os fóruns do Estado. A mobilização é um protesto da categoria que reclama até o momento não ter recebido nenhuma comunicação sobre a conversa que seria realizada entre o presidente do TJPE, Desembargador Frederico Neves, e o governador Paulo Câmara, a respeito da implementação da progressão funcional. Os servidores aprovaram a paralisação por unanimidade e definiram um calendário de ações para fortalecimento da campanha.

Em novembro do ano passado, os oficiais de Justiça Federais foram às ruas para pedir mais segurança para a categoria. Eles se concentraram na frente do Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região (TRT6) e seguiram para a frente do Tribunal Regional Federal, no Cais do Apolo e de lá, para o Fórum Tomas de Aquino, em Joana Bezerra, onde se encontraram com oficiais estaduais.

O ato, de mobilização nacional, foi pensado após a morte do oficial de justiça Francisco Pereira Ladislau Neto, 25 anos, que foi, assassinado enquanto trabalhava no Rio de Janeiro. Os oficiais pediram mais segurança no exercício da função, além do direito de portar arma de fogo e acesso a equipamentos de proteção dos tribunais.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Oficiais de Justiça e servidores do Judiciário param atividades nesta quarta | |
| Veículo: NE10 | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |



Oficiais de Justiça e servidores do Judiciário param atividades nesta quarta



Trabalhadores paralisam Fóruns do Estado em prol da progressão funcional
Foto: Sindojepe/Divulgação

Oficiais de Justiça e servidores do Judiciário fazem uma paralisação de advertência nesta quinta-feira (11), em todos os Fóruns de Pernambuco. O protesto é em prol do plano de carreiras, segundo o Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de Pernambuco (Sindojepe).

Os trabalhadores reclamam que há cerca de um ano foi aprovada uma pauta de reivindicações da categoria, que deveria atender a demandas como baixa remuneração, rotatividade e alta evasão de servidores, isonomia do auxílio alimentação, entre outros, mas que até hoje não foi atendida.

O Sindojepe informou ainda que espera a resposta de uma reunião que aconteceria entre o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o desembargador Frederico Neves, e o governador do Estado, Paulo Câmara. Uma campanha, intitulada "Progressão, Questão de Justiça", foi criada para chamar a atenção da sociedade para os problemas enfrentados pela categoria.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: OAB adia ação contra quarto mandato de Uchôa na Alepe por tempo indeterminado | |
| Veículo: JConline | Data: 11/02/2015 |
| Editoria: | Seção: |

jornal do commercio

OAB adia ação contra quarto mandato de Uchôa na Alepe por tempo indeterminado

Seccional pernambucana da Ordem prorrogou Adin pela quarta vez este ano



Pedro Henrique Reynaldo, da OAB-PE, promete ação na Justiça contra reeleição de Uchôa.

JC Imagem

Apesar do embate que vem protagonizando com a Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) desde que os deputados estaduais sinalizaram com a quarta reeleição do presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), a Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco (OAB-PE) segue protelando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que tem como objetivo contestar formalmente a decisão do legislativo estadual.

Após uma longa reunião na tarde de ontem, a assessoria de comunicação da OAB-PE anunciou que adiaria pela quarta vez a Adin a ser impetrada no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Sob o argumento de que alguns dos envolvidos na polêmica estão fora do Estado e não poderiam assinar a ação, a entidade suspendeu a decisão por tempo indeterminado.

Isso porque o presidente da Ordem, Pedro Henrique Reynaldo, ainda que publicamente faça duras críticas ao quarto mandato de Guilherme Uchoa - que é juiz aposentado - não tem novo prazo para apresentação da ação. A promessa de Reynaldo era de que imediatamente após a formalização da reeleição de Uchoa ingressaria com ação judicial. Guilherme Uchoa foi reeleito no dia 1º de fevereiro. O embate entre a OAB e a Alepe vem acontecendo desde dezembro do ano passado, quando Uchôa começou a se articular para garantir um novo mandato na Alepe. Ele está há oito anos no comando da Casa e, agora, chefiará a Mesa Diretora por mais um biênio. Nenhum deputado passou tanto tempo na presidência da Casa.

